

Teun A. van Dijk

# DISCURSO ANTIRRACISTA NO BRASIL

DA ABOLIÇÃO  
ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS

*Tradução*

Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi

*Revisão de tradução*

Viviane Resende



editora**contexto**

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	7
QUADRO TEÓRICO.....	19
DISCURSOS ANTIESCRAVISTAS E ABOLICIONISTAS.....	45
DISCURSOS ANTIRRACISTAS APÓS A ABOLIÇÃO .....	103
DISCURSOS ANTIRRACISTAS CONTEMPORÂNEOS.....	137
DISCURSOS PARLAMENTARES SOBRE AÇÃO AFIRMATIVA.....	161
CONCLUSÕES .....	259
BIBLIOGRAFIA.....	271
O AUTOR.....	285
AGRADECIMENTOS.....	287

# Introdução

Muito se tem escrito sobre o racismo no Brasil, mas nem tanto sobre o discurso racista e ainda menos sobre o antirracismo e o discurso antirracista. Este livro apresenta uma breve teoria do antirracismo e do discurso antirracista e constrói um resumo da história do discurso antirracista no Brasil, da abolição às ações afirmativas. Parte desse resumo histórico é um estudo de caso detalhado acerca de debates parlamentares, ocorridos de 2000 a 2012, sobre cotas universitárias para estudantes racializados.

O arcabouço teórico utilizado é uma extensão da abordagem multidisciplinar dos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Enquanto os estudos anteriores sobre os ECD, inclusive os meus, concentravam-se principalmente nas muitas formas de abuso discursivo do poder, a análise do discurso antirracista e de sua história requer uma estrutura teórica mais específica de *resistência* e de *transformação* social. Além de refletir sobre estruturas e estratégias do discurso antirracista e de seu desenvolvimento histórico, essa abordagem também exige análises políticas, sociais e cognitivas integradas.

Entre as muitas formas de resistência sociopolítica à dominação e a outras formas de abuso de poder, o antirracismo será definido aqui como um *movimento social* global e histórico, comparável ao feminismo. Apenas incipiente na Antiguidade europeia, mas crescente desde o século XVI, esse

movimento criticou e combateu os abusos da escravização, principalmente (mas não apenas) nas Américas, incluindo a resistência das próprias pessoas escravizadas, até a abolição no século XIX. Ao mesmo tempo, o movimento se opôs à dominação e a outros abusos dos povos indígenas nas Américas, Ásia, África, Austrália e Nova Zelândia, em particular nos muitos territórios colonizados por povos europeus.

Após a abolição no Brasil, o movimento tornou-se mais explicitamente antirracista, no sentido de resistir à herança colonial do preconceito e da discriminação racistas e combatê-la, seja em relação às pessoas negras e indígenas nas (antigas) colônias, seja contra imigrantes e refugiados racializados na Europa e na América do Norte, como veremos nos capítulos deste livro.

A respeito da escravização, colonização e outras formas de racismo e resistência antirracista, o Brasil tem desempenhado um papel significativo; não apenas foi a maior colônia europeia, como também o território para o qual se “importou” a maior população de seres humanos escravizados (4,9 milhões) e o último país a abolir a escravização, em 1888. Hoje, possui a maior população de ascendência africana fora da África (cerca de 50% de uma população de 209 milhões), enfrentando formas generalizadas de preconceito e discriminação racistas. As pessoas escravizadas resistiram à escravização desde o início e formaram importantes comunidades quilombolas, como o conhecido quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi e Dandara dos Palmares. Conforme veremos, intelectuais e Movimentos Negros desempenham um papel proeminente desde o movimento abolicionista e contra o racismo pós-abolição até os dias atuais.

Racismo (e antirracismo) no Brasil hoje também devem ser entendidos no contexto socioeconômico complexo de pobreza, em que 13,5 milhões de brasileiros e brasileiras estão abaixo da linha de extrema pobreza. O desemprego é de 12% (dos quais 62% de desempregados são afro-brasileiros); desde 2016, 27 milhões de trabalhadoras e trabalhadores ganham menos do que a referência de um salário-mínimo de cerca de R\$ 1.100 por mês; mais de 41 milhões de pessoas estão no setor informal, sem direitos trabalhistas e com baixa remuneração. As heranças coloniais definem uma relação próxima entre raça e classe, e não seria exagero dizer que em alguns territórios racializados (nas favelas do Rio de Janeiro, por exemplo), a polícia tem uma “licença informal para matar” pessoas negras (entre muitos estudos críticos,

ver Amparo Alves, 2018). Assim, para entender a história e as propriedades do discurso antirracista examinado no livro, é crucial perceber que a dominação racial é uma característica estrutural da sociedade brasileira e de suas profundas desigualdades econômicas e culturais (Almeida e Ribeiro, 2019). Dessa forma, muitos movimentos de resistência (trabalhistas, territoriais, de gênero etc.) instruem o discurso antirracista brasileiro.

Depois desta introdução geral – enfatizando também o que o livro *não* contempla –, o próximo capítulo elabora a teoria do discurso antirracista, que será brevemente resumida na seção a seguir. Depois, serão apresentados capítulos históricos sobre o discurso antiescravista e antirracista, do século XVI até hoje. Uma análise mais detalhada do discurso antirracista será apresentada no capítulo sobre o debate parlamentar acerca das cotas universitárias para estudantes negros.

## ANTIRRACISMO

### Uma teoria simplificada do racismo

Obviamente, o antirracismo pressupõe o racismo. Então vamos começar abordando brevemente o racismo. Existem muitas teorias sobre esse sistema e prática social. Nossa própria abordagem define o racismo como um sistema específico de abuso de poder ou *dominação*, com base em qualquer diferença “racial”/étnica, real ou imaginária, entre grupos ou povos dominantes e dominados. Não se trata apenas das diferenças raciais e étnicas, mas sim de todas as formas de marcadores das diferenças que implicam hierarquias sociais, incluindo as clivagens de classe e de sexo/gênero, por exemplo. Mais especificamente, neste livro tratamos do racismo “branco” de europeus, ou pessoas de ascendência europeia, contra povos não brancos e não europeus. No Brasil, esse racismo é direcionado principalmente contra pessoas de ascendência africana, por um lado, e contra povos originários, por outro; mas também contra pobres, mulheres, grupos LGBTQIA+, nordestinos, comunidades periféricas e ribeirinhas. Embora tanto o discurso acadêmico quanto o senso comum estabeleçam muitas nuances no grupo de pessoas afro-brasileiras, especialmente na distinção entre pessoas pretas e pardas, como nas categorias formais do